

HISTÓRIA LOCAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: PERSPECTIVAS E ABORDAGENS PEDAGÓGICAS NAS AULAS DE HISTÓRIA

LOCATION HISTORY AND HERITAGE EDUCATION: PERSPECTIVES AND PEDAGOGICAL APPROACHES IN HISTORY CLASSES

Dulce Dilma Oliveira Neves¹

Resumo

O presente artigo sugere um repensar da forma pela qual a prática pedagógica no ensino de História vem sendo desenvolvida na Educação Básica e discute a interligação do estudo da História Local e da Educação Patrimonial para a promoção da cidadania. Desta forma, faço uma breve explanação acerca do ensino desse componente curricular em outras visões historiográficas, que aproxime o estudante do objeto de estudo, bem como da sua realidade social. Esta nova abordagem preconiza ações metodológicas que tornem as aulas de história atrativas e motivadoras, viabilizando o protagonismo dos sujeitos no processo de aprendizagem, apropriando-se da história e da memória local, promovendo reflexões que possam reverberar em significados para suas vidas. Saliento ainda, no cerne dessa discussão, a necessidade do diálogo entre o ensino da História Local e da Educação Patrimonial, inserindo nesse contexto Memória e Identidade, com foco em ações didáticas direcionadas à valorização e preservação do patrimônio cultural. Para tanto, destaco, entre outros referenciais teóricos, leis educacionais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei Nº 9.394/96 – reforçada em políticas governamentais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais de História (1997), que propõem novas estratégias a serem aplicadas ao ensino de

História, a fim de promover a compreensão do contexto político e social no cotidiano, por meio de implementações no currículo diversificado, configurando-se como uma das bases definidoras para um novo olhar no tocante ao ensino da História a partir de ações educativas que evidenciam a cultura historiográfica local.

Palavras-chave: Educação Patrimonial. Ensino de História. História local.

Abstract

This article suggests a rethinking of the way in which the pedagogical practice in the teaching of History has been developed in basic education and discusses the interconnection of the study of Local History and Heritage Education in the promotion of citizenship. That way, I make a short explanation about the teaching of this curricular component in other historiographical perspectives, which brings the student closer to the object of study as well as their social reality. This new approach recommends methodological actions that make history classes attractive and motivating, enabling the subjects' protagonism in the learning process, appropriating local history and memory, promoting reflections that can reverberate in meanings for their lives. I also

¹ Mestranda do Programa Pós-Graduação Ensino, Linguagem E Sociedade (PPGELS) pela Universidade do Estado Da Bahia Campus VI(UNEB) Campus – VI. Professora da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino em Caetité, Bahia. E-mail: dulcedu@yahoo.com.br.

emphasize, at the center of this discussion, the need for dialogue between the teaching of Local History and Heritage Education, introducing memory and identity in this context, focusing on didactic actions aimed at the appreciation and preservation of cultural heritage. Therefore, I highlight, among other theoretical references, educational laws such as the Law of Directives and Bases of National Education (LDB) - Law 9.394/96 - reinforced in public policies, such as the National Curricular Parameters of History (1997), which

propose new strategies to be applied to the History teaching, in order to promote the understanding of the political and social context in everyday life, through implementations in the diversified curriculum, configuring itself as one of the defining bases for a new look at the History teaching to from educational actions that highlight the local historiographical culture.

Keywords: Heritage Education. History Teaching. Local history.

Introdução

Os estudos relacionados à História Local e a Educação Patrimonial vêm se destacando nos últimos tempos em virtude das frequentes mudanças no ensino da História enquanto componente curricular, bem como dos interesses de educadores e pesquisadores pelas temáticas em questão. Como ressalta Selva Guimarães Fonseca (2003), a História enquanto “disciplina fundamentalmente educativa tem como papel central a formação de identidades, a elucidação do vivido, a intervenção social e praxes individual e coletiva” (FONSECA, 2003, p. 89). Neste sentido, tal estudo permite ao educando a compreensão da sua vida, das suas raízes, o sentimento de pertença, o entendimento dos processos pelos quais vivenciam no cotidiano, a percepção da importância de intervenção em diversas questões no meio social em que está inserido de modo particular ou coletiva, atuando na transformação da realidade.

Em se tratando do ensino da história pautado apenas nas narrativas tradicionais, percebe-se o desinteresse de estudantes por esse componente curricular, cuja indiferença tem ligação direta com a metodologia de ensino, por mencionar, predominantemente no processo pedagógico, uma abordagem histórica distante de suas realidades. Isso tem dificultado a ligação do indivíduo com a história contada, que tampouco se sente sujeito ativo capaz de atuar no seu meio social e provocar

mudanças. São vários os indícios que permitem esta afirmação: resultados de desempenhos dos estudantes nesse componente curricular em diversas formas de

avaliações, falas espontâneas de professores e estudantes sobre essa questão do desinteresse pela referida disciplina, dentre outras situações.

Neste viés, faz-se necessário mensurar o currículo, integrando práticas educativas que incorporem o estudo da história local, configurando-se em um trabalho que tenha como ponto de partida um currículo diversificado. Possibilitando desta forma, a subjetividade dos estudantes em relação ao seu espaço ou local de vivência. O contato direto com a história da sua vida – ou de algo que está próximo, amplia as discussões e o entendimento das ações do homem para a construção da História.

A relação profícua que podemos constituir nas relações sociais entre educadores, educandos e a comunidade, para a compreensão dos fatos e acontecimentos através da história local, ocorre também a partir da valorização do Patrimônio cultural. Neste sentido, Halbwachs (1990) reitera que a memória individual não se desvincula da memória coletiva, em vista disso, consideramos a escola como um “lugar de memória”, conceito do historiador francês Pierre Nora, por tratar-se de um ambiente histórico-cultural cuja história e memória são desvendadas através do seu estudo. Neste sentido, proponho uma pesquisa com o tema “Memórias do Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo – Caetitê/BA: A catalogação dos arquivos escolares como subsídio para o acesso ao patrimônio documental”, com o propósito de sistematizar o arquivo documental da escola que atuo enquanto professora de História, objetivando a organização e catalogação do seu acervo para facilitar trabalhos de pesquisa. Tal atividade tem o poder de instigar a comunidade escolar e outros pesquisadores a familiarizar-se com os arquivos documentais dessa instituição, constituindo relações indelétricas ou outros olhares a partir da história a qual faz parte.

A reflexão parte da hipótese de que o ensino de História na educação básica ao dar ênfase apenas ao contexto histórico geral, tem contribuído para o distanciamento do estudante na apropriação do conhecimento.

Esse componente curricular tem priorizado as construções históricas, os sujeitos distantes, pouco enfatizando os acontecimentos e objetos mais próximos dos estudantes. Tal método tem provocado desinteresse em relação ao estudo e

compreensão da História, uma vez que muitas metodologias empregadas têm deixado sujeitos e objetos de conhecimento fora do contexto nesse processo educativo.

Com o desígnio de referenciar práticas educativas, o presente artigo encontra-se organizado em duas partes: reflexões acerca da necessidade da introdução da história local no currículo da educação básica, e uma discussão em torno da educação patrimonial numa perspectiva de trabalho, com outra visão historiográfica diferente da tradicional, incentivando a participação ativa dos estudantes, a valorização e preservação patrimonial, base imprescindível para a construção da identidade e pertencimento.

O ensino da História Local na Educação Básica

Os diálogos concernentes a importância do estudo da História Local nos currículos escolares da educação básica se consolidaram a partir da Constituição Federal Brasileira de 1988, que instituiu a regularização da matriz curricular a ser inserida nas instituições de ensino. Em um dos marcos regulatórios - o artigo de Nº 210 instruíam-se que seriam "fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais artísticos, nacionais e regionais" (BRASIL, 1988). Dando margem, desta forma, para a implementação de uma identidade curricular que viabilize um pensar acerca do ensino voltado para a cultura regional e local, e suas relações com o conhecimento científico. No entanto, a partir da década do 1990, foi instituída a "Parte Diversificada" nos currículos escolares, vinculada à Base Comum Nacional da Educação Básica, em conformidade à Lei de nº 9.394/96, que versa sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Partindo da compreensão de que o ensino de História é essencial para o conhecimento humano e o desenvolvimento de habilidades científicas, corroboro da afirmativa de que "o ensino de História visa contribuir para a formação de um 'cidadão crítico', para que o aluno adquira uma postura crítica em relação à sociedade em que vive" (BITTENCOURT, 2004, p. 121). Por conseguinte, há a necessidade de inserção

de um currículo diversificado que possibilite ações pedagógicas inovadoras, que interligue a matriz comum curricular aos conhecimentos da História Local.

A implementação de uma nova visão historiográfica no ensino, configura-se como uma ação necessária por dar subsídios ao estudo dos espaços de vivência e de identidade dos estudantes. Trata-se de uma estratégia metodológica de abordagem da História Local para facilitar o processo de interpretação dos indivíduos enquanto atores sociais que se constituem historicamente, e que vivem em espaços coletivamente construídos: cidades, bairros, igrejas, instituições escolares, comunidades, entre outros. Desta forma, é perceptível que o ensino de História com ênfase em uma nova visão historiográfica, contribui para o resgate da autoestima dos estudantes enquanto sujeitos ativos e participativos na construção das narrativas locais, pois, ao compreender seu papel enquanto agente da ação social e a própria interação com a realidade, o estudo da História passa a ter um novo sentido².

Em se tratando do ensino da História Local, é válido atentar-se ao propósito do conteúdo, uma vez que algumas fontes e documentos são produzidos de modo a transmitir a ideologia política e econômica de órgãos administrativos locais, fazendo com que se construa uma identidade coletiva e individual a partir do que está sendo estudado. Tal prática educativa leva à preservação da memória da elite local. Desta forma, “como qualquer experiência humana, a memória histórica constitui uma das formas mais fortes e sutis da dominação e da legitimação do poder” (ORÍÁ, 2006, p. 136). Todavia, faz-se necessário mantermos o olhar atento ao ensino da História Local, um olhar voltado para a memória dos habitantes ditos “comuns”; esta dinâmica propiciará a este público encontrar e entender suas histórias, suas experiências e questões político-sociais hodiernas. Assim, temos a memória enquanto “[...] imprescindível na medida que esclarece sobre o vínculo entre a sucessão de gerações e o tempo histórico que as acompanha” (ORÍÁ, 2006, p. 139), no qual, vemos que a memória infere a constituição do pertencimento e favorece a construção de uma identidade sólida, na medida em que a pessoa se vê como sujeito da história e sabe definir enquanto sujeito individual-coletivo.

² Vale ressaltar que o resultado desta ação social em que os sujeitos se posicionam individual ou coletivamente, corresponde ao que o historiador Pierre Vilar denomina de “pensar historicamente”.

A tendência de revalorizar os chamados “saberes locais” como forma de busca e compreensão dos sujeitos que são estudados, sustenta-se na tese de que a História Local é vista com outros olhos, passando a ser compreendida com mais facilidade. Isso significa valorizar a história das comunidades e grupos locais, especialmente as narrativas de instituições escolares, que, além de objeto de estudo, se relaciona cotidianamente, tanto estudantes, quanto outros sujeitos próximos, além da necessidade de estudo e pesquisa acerca dos relatos desse espaço. Tal ação configura no estudo e pesquisa de um local em que o estudante está inserido e se percebe enquanto sujeito histórico.

Neste ponto de vista, Bittencourt (2004) defende o ensino da História conectada à realidade dos educandos, e destaca a diversidade contextual historiográfica, seu dinamismo e o fato de estar em todo lugar. Neste sentido, vale lembrar que os Parâmetros Curriculares Nacionais de História (BRASIL, 1997) defendem a busca de estratégias metodológicas para o ensino de História, no intuito de favorecer a compreensão dos estudantes em relação ao contexto político e social em que estão inseridos, enfatizando a construção das suas histórias, enquanto agentes de ação social. Esta proposta é enfatizada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/96 – no seu artigo 26, que sugere a inserção na parte diversificada dos currículos do ensino fundamental e médio, a proposta de trabalhos educativos relacionados às características regionais e locais da sociedade.

Com a virada historiográfica do final da década de 1980, fundamentando-se na chamada Nova História³, temos os conceitos e metodologias de ensino sendo modificados, bem como a dinâmica de estudo do historiador. Assim, abriu-se espaços para uma nova metodologia de ensino da história, que possibilita aos estudantes a aproximação dos acontecimentos, dos personagens e lugares, fazendo com que haja a tentativa de se estabelecer um diálogo entre passado e presente, o distante e o próximo. A abordagem da História Local diferencia-se da tradicional em alguns aspectos, como por exemplo: passamos de aluno passivo diante dos processos históricos, para um aluno ativo/participativo, trazendo à tona narrativas comuns,

³ Terceira geração da Escola dos Annales, movimento preconizado na França, no qual o ensino de História Regional e Local ganhou importância no mundo acadêmico.

possibilitando a melhor compreensão da História. Nesta linha de pensamento, afirma a historiadora Circe Bittencour que

[...] o ensino de História deve efetivamente superar a abordagem informativa, conteudista, tradicional, desinteressante e não significativa para professores e alunos, sendo uma das possibilidades para esta superação, sua problematização a partir do que está próximo, do que é familiar e natural aos alunos. Esse pressuposto é válido e aplicável desde os anos iniciais do ensino fundamental, quando é necessário que haja uma abordagem e desenvolvimento importante das noções de tempo e espaço, juntamente com o início da problematização, da compreensão e explicação histórica e o contato com documentos (BITTENCOUR, 2004, p. 121).

Nesse contexto, a valorização da história dos sujeitos e a interpretação individual e coletiva contribuem para a compreensão dos conhecimentos e saberes repassados, no qual tais atores se posicionam enquanto indivíduos que, além de produzir, também compartilham a cultura. A partir desse pressuposto, a História Local surge como aporte teórico-metodológico para fazer-se compreender a posição de cada sujeito, enquanto atores sociais, correlacionando o macro ao micro.

O objeto de estudo relacionado à cultura local pode ser delineado a partir do diálogo entre a História Local, a memória e a identidade. Essa perspectiva enveredada pela reflexão sobre o indivíduo, sua atuação com o grupo de convívio e sua participação no coletivo, redimensiona o trabalho pedagógico à disciplina História, cuja abordagem propõe a ressignificação do estudo sobre os aspectos de determinados lugares, através de uma perspectiva histórico-cultural.

Uma metodologia de ensino direcionada ao espaço de convívio do estudante, de acordo os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998, p. 9), “como recurso pedagógico privilegiado [...] que possibilita aos estudantes adquirirem, progressivamente, o olhar indagador sobre o mundo de que fazem parte” contribui para que haja a compreensão da existência de histórias plurais que não devem ser silenciadas; e uma dessas histórias está ali, na própria instituição escolar.

Por conseguinte, o ensino e a valorização da História Local possibilitam o trabalho com a realidade próxima do contexto vivenciado pelo docente, aprimoram a construção do conhecimento histórico e possibilitam a constatação de sua

integralidade enquanto sujeito interventor na história. Desta forma, a concepção acerca do estudo de um objeto de conhecimento próximo do estudante toma novos rumos, pois incita a participação considerável do sujeito envolvido no processo educacional, tornando possível a melhor construção e socialização do conhecimento.

A formação de indivíduos críticos capazes de se reconhecerem no ambiente do qual fazem parte provoca um novo olhar dentro de uma perspectiva mais ampla de comunidade e sociedade. Neste viés, um trabalho científico a partir da história de uma instituição de ensino, permite a construção de narrativas locais que fundamentem o trabalho pedagógico, de modo a inferir que a história está presente no cotidiano, e que o local se refere a um espaço que vai além de um ambiente físico. Isso provoca reflexões acerca das ações e dos relacionamentos de diferentes grupos sociais que ali convivem diariamente, e esse espaço pode ser entendido como referência no processo de construção da identidade coletiva, na qual o indivíduo, enquanto cidadão comum, está inserido em diferentes momentos históricos.

É possível pensar no ensino da História Local a partir da experiência de vida do estudante e que ele possa se perceber inserido em um contexto maior, sendo capaz de entender o processo de construção do conhecimento a partir da análise de uma parte para o todo. Essa concepção construtiva adotada no estudo parte de um contexto menor (local) para o maior (global) e contribui para o ensino da História a partir da experiência de vida do estudante numa perspectiva teórico-metodológica, que possibilita o diálogo referente à identidade e a memória em sua estreita relação no contexto individual e social, conforme afirma M. Pollak (1992). Assim, as histórias das localidades são construídas e estudadas. Neste trabalho visualiza-se a história de uma instituição escolar, uma vez que, “a questão da memória impõe-se por ser a base da identidade, e é pela memória que se chega à história local” (BITTENCOURT, 2009, p. 169).

O trabalho com a História Local/regional denominada por Santos (1991) de “história do lugar”, relaciona-se com as narrativas globais e constitui-se enquanto ferramenta de fundamental importância para o estímulo da curiosidade, da investigação, da inserção dos educandos ao mundo da pesquisa científica, para a construção de conhecimentos através de questões relacionadas ao cotidiano, que

abrange os espaços por eles vividos e, conseqüentemente, a identidade cultural de um grupo. Desta forma, “como todos os homens são determinados pela história vivida, todos são sujeitos da própria história; isso equivale entender que a História é feita por todos” (SCHMIDT; CAINELLI, 2010, p. 125). Assim, as estratégias utilizadas para este ensino devem considerar que a história não é feita apenas pelos grandes personagens, mas por homens, mulheres, crianças, governantes e governados, enfim, por todos os grupos sociais.

O estudo e a análise das fontes históricas locais de uma comunidade, ou de um espaço físico, implica em conhecimento da historicidade desses objetos de estudo, possibilita ao indivíduo a compreensão das suas atuações socioculturais vivenciadas ao longo do tempo. Nessa perspectiva, o estudante, ao compreender o papel e a importância de cada um no âmbito sociocultural em que está inserido, percebe que sua história precisa ser contada, inclusive no contexto da memória da instituição escolar a qual faz parte, e deve perceber sua inserção no meio enquanto sujeito histórico. O intento é desconstruir a visão de que o ensino da História só se refere aos grandes nomes, aos acontecimentos distantes, tanto no tempo, quanto no espaço, e dar vez e voz à história de “baixo para cima”, expressão empregada, neste contexto, pelo historiador Eric Hobsbawm.

A estratégia metodológica de ensino de História Local busca alternativas para dar significado às aulas de História, pois, ao problematizar os conteúdos, relacionando-os ao contexto dos acontecimentos locais, permite-se a compreensão de que a História Local está inserida em uma conjuntura maior – a História Global. Essa metodologia também norteia o trabalho a partir de fontes históricas encontradas em arquivos particulares, e permite que o estudante se sinta sujeito ativo e pesquise sua própria história.

Segundo Schmidt e Cainelli,

O trabalho com a história local no ensino da História facilita, também, a construção de problematizações, a apreensão de várias histórias lidas com base em distintos sujeitos da história, bem como de histórias que foram silenciadas, isto é, que não foram institucionalizadas sob a forma de conhecimento histórico. Ademais, este trabalho pode favorecer a recuperação de experiências individuais e coletivas do aluno, fazendo-o vê-las como constitutivas de uma realidade histórica mais ampla e

produzindo um conhecimento que, ao ser analisado e retrabalhado, contribui para a construção de sua consciência histórica. (SCHMIDT; CAINELLI, 2010, p. 140).

Percebe-se que é possível inserir diferentes abordagens didáticas como engrenagem na construção histórica das localidades, resultando em contribuições para a preservação da memória e da identidade dos sujeitos envolvidos. Trata-se de uma nova metodologia que não silencia agentes históricos, pondo-se como de fundamental importância no processo de ensino e aprendizagem.

A Educação Patrimonial a preservação dos arquivos escolares para a construção da memória e da identidade

Patrimônio é uma palavra oriunda do latim "patrimonium" que historicamente está ligada a herança, ou seja, aquilo que é deixado pelo pai ao filho. No entanto, mais tarde, essa palavra passou a ser entendida como um conjunto de bens relacionados à cultura individual ou coletiva, como a memória e a identidade de um povo. No entanto, considerando os elementos possuidores de importância histórica e cultural, tal denominação passou-se a ser instituída como "patrimônio cultural", cujo conceito foi estabelecido no Artigo 216 da Constituição Federal de 1988, como sendo todos os bens "de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira". Essa definição ampliou o conceito de patrimônio cultural estabelecido pelo Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937⁴. Portanto, foi incorporada na legislação atual a ideia de patrimônio como referências culturais de natureza material e imaterial (ANDRADE; LAMAS, 2020).

De acordo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, o patrimônio cultural de um povo é formado pelo conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade desse povo. O IPHAN tornou-se referência para várias instituições, sendo o

⁴ O Decreto Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937 estabelece como patrimônio "o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico".

pioneiro a efetivar uma gestão do Patrimônio Cultural Brasileiro na América Latina. Esse Instituto busca implementar políticas que viabilizem posturas educativas em todo território brasileiro voltadas para a Educação Patrimonial e a preservação do patrimônio cultural.

Propostas metodológicas para o desenvolvimento de ações educacionais direcionadas ao uso e apropriação dos bens culturais, foram efetuadas em termos conceituais e práticos, a partir do Primeiro Seminário realizado em 1983, no Museu Imperial, em Petrópolis (RJ), inspirado no trabalho pedagógico desenvolvido na Inglaterra e nomeado de Heritage Education (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999). Essa foi, portanto, a primeira experiência de estudo do patrimônio cultural no Brasil e a partir disso, foram muitas as práticas e atividades desenvolvidas no país. Assim foi formulada uma nova visão sobre Patrimônio Cultural Brasileiro, com diversas discussões, ações e aprendizado, resultando na possibilidade de inserção dessa temática nos currículos do sistema de ensino brasileiro (CASTRO; BITTENCOURT; MALTÊZ, 2010).

A abordagem temática sobre patrimônio cultural na educação escolar toma forma processual e sistemático de trabalho educacional, com seus variados aspectos e significados para centrar no patrimônio cultural. Tal discussão evidencia a identificação cultural, o conhecimento e reconhecimento de um grupo através da memória individual ou coletiva, que suscita a construção da cultura social e o incentivo à preservação. Estas memórias são individuais e coletivas ao passo que, mesmo as lembranças que parecem mais íntimas e individuais, assumem caráter coletivo devido às influências sociais ontológicas de cada ser humano (HALBWACHS, 1990).

Considerando a relevância do envolvimento da comunidade geral e da comunidade escolar na preservação do bem cultural enquanto memória indenitária, a discussão sobre patrimônio cultural na educação escolar se faz necessária dentro de uma conjuntura de instrumentalização do indivíduo, numa perspectiva de inclusão ativa na construção da cultura local, de envolvimento, de pertencimento e de legitimação do bem cultural. Pois, segundo Fonseca (2003), o envolvimento da comunidade no processo de legitimação do bem cultural é essencial para que a função de patrimônio se realize. Essa comunidade instrumentalizada, torna-se capaz de

promover transformações na sociedade por uma cultura de preservação da identidade cultural.

É sabido que a educação patrimonial se constitui numa abordagem teórico-metodológica da prática pedagógica que contribui com as matrizes de referências indenitárias com foco na relação entre história e memória, reverberando no processo de ensino e aprendizagem com mais eficiência. Neste cenário, coaduno essa ação pedagógica no âmbito da preservação de fontes documentais, através das histórias do Território de Identidade Sertão Produtivo, sobretudo do Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo – uma escola inaugurada em Caetité no ano de 2002, cujos documentos permitem o estudo de elementos que desenham a cultura escolar deste espaço, em um período correspondente a mais de duas décadas (2002 a 2022).

Posto isso, percebe-se que a Educação Patrimonial, no contexto da história local e no resgate de memórias, busca a aproximação de docentes e discentes a sua herança cultural, a partir da reflexão daquilo que lhes pertencem enquanto patrimônio. Contudo, verifica-se que a preservação dos arquivos escolares proporcionará subsídios para que docentes, discentes e outras pessoas, que se interessarem, possam conhecer a história da instituição, e compreender os elementos característicos da educação no Alto Sertão da Bahia.

Nos dias hodiernos percebe-se a insensibilidade de instituições e indivíduos no tocante à salvaguarda e preservação do patrimônio cultural. A educação patrimonial, enquanto objeto de estudo, tem provocado debates entre pesquisadores, professores e estudantes, numa perspectiva de estudos e ações voltados para a valorização e preservação de bens culturais de diferentes grupos sociais. Tais propostas, enquanto ações educativas, promovem o contato harmonioso entre indivíduos e patrimônios culturais, com o propósito de viabilizar atitudes de valorização e preservação, o que propicia a constituição do sentimento de pertença e de cidadania. A respeito disso, Arroyo (2005) apresenta que,

Poucas equipes possuem profissionais da área de educação e os projetos se voltam para as escolas, no sentido de ensinar conceitos técnicos para a conscientização dos alunos e professores do que é

patrimônio cultural e promover um resgate da história que esse patrimônio protegido pretende contar. (ARROYO, 2005, p. 32).

Tão rara e necessária é a educação patrimonial, que, de acordo com o autor, encontra-se na escola a saída para trabalhos de sensibilizações, enquanto ação de salvaguarda de um patrimônio cultural que possibilita a narração de histórias. Essa prática educativa propõe um olhar minucioso sobre vivências e identidades culturais, com vistas à apropriação e a valorização da história e da cultura dos indivíduos nos processos formais e não formais, configurando-se na compreensão sócio histórica, por meio de suas referências no contexto onde estão inseridos.

O campo da educação patrimonial também tem suscitado diversas pesquisas com vistas a novas metodologias de ensino da História. Porém, no que tange a esse processo de aquisição de conhecimento, é importante que haja uma relação profícua entre escolas, comunidades, grupos ou outras instituições, no intuito de formar parcerias que promovam atividades sensibilizadoras e de troca de conhecimento, com o intuito de fomentar aos envolvidos nesse processo, a tomada de consciência para valorização e preservação de patrimônios culturais.

Os elementos constitutivos da memória e da identidade são compreendidos e resguardados através de uma política de educação patrimonial, e assim podemos refletir então que,

A metodologia específica da Educação Patrimonial pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 4).

A educação patrimonial foi enfatizada pela museóloga Maria de Lourdes Parreira Horta, que introduziu no Brasil a metodologia da Educação Patrimonial na década de 1980, quando foi apresentado o primeiro Seminário sobre o “Uso Educacional de Museus e Monumentos”, organizado pelo Museu Imperial, em

Petrópolis, no Rio de Janeiro (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999). E uma das primeiras manifestações em prol da proteção e salvaguarda do patrimônio cultural no Brasil foi a criação do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1937⁵, a partir de um projeto elaborado por Mário de Andrade,⁶ um autêntico integrante na luta pela preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, atendendo a uma solicitação do Ministério da Educação.

Algumas propostas inovadoras contidas no documento elaborado por Andrade em 1936, foram incorporadas à Constituição atual brasileira (1988), dando maior abrangência ao conceito de patrimônio, incluindo manifestações da cultura popular, e o significado de monumentos, além de outros elementos antes não identificados como tal (abarcando não apenas bens materiais, mas os imateriais), denominados pelo autor de “tradições móveis”. Incluindo também neste contexto o Patrimônio Artístico e o Patrimônio Natural.

No momento inicial das atividades voltadas para a identificação e preservação do Patrimônio cultural brasileiro, o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), criado em 1970, traçou uma política *educativa de âmbito nacional com dedicação exclusiva à criação de museus e tombamentos de modo diversificado*, em parceria com os governos estaduais, no intento de zelar pelo patrimônio cultural brasileiro, e de bens reconhecidos como patrimônios da humanidade, enquanto valores culturais do país.

O IPHAN lançou a segunda edição da revista “Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos”, no ano de 2014, direcionando discussões a partir da proposta de inserção do tema patrimônio cultural na educação escolar, através de um programa de governo denominado Mais Educação. Este programa foi implementado na maioria das escolas municipais de Caetité, no ano de 2012. Como prática educativa sugere o

⁵ O IPHAN foi criado sob o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, no governo de Getúlio Vargas, como órgão federal de proteção ao patrimônio cultural brasileiro e estruturado por intelectuais e artistas brasileiros da época. Hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). (www.portal.iphan.gov.br).

⁶ Em 1936, Mário de Andrade, a convite do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, elaborou o anteprojeto de criação de um órgão voltado para a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional que primou pela originalidade em relação ao que se pensava sobre patrimônio em escala mundial, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (MACHADO, 2004, p. 11).

desenvolvimento de atividades relacionadas a essa temática de forma interdisciplinar ou transdisciplinar, potencializando o uso dos espaços públicos locais e regionais enquanto espaços formativos, objetivando proporcionar a melhor assimilação do significado de espaços e diversidade cultural, tendo estes como referências.

Vale ressaltar que a temática Educação Patrimonial é destacada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que orienta tal abordagem sob o ponto de vista da cultura material e imaterial em todas as áreas do conhecimento, sobretudo na abordagem curricular do estudo da cultura afrobrasileira, indígena e europeia. Esse estudo referencia culturas diversas, além de unidades de conservação para a preservação da biodiversidade e do patrimônio nacional (BRASIL, 2017). O tema suscita um olhar de salvaguarda da cultura de um povo, e precisa ser constantemente abordado nas áreas de ciências humanas como forma de evidenciar a memória que cada grupo social se identifica, e seus relacionamentos de pertença constituídos por meio da pluralidade cultural.

Considerações finais

Diante do exposto, percebe-se a importância da incorporação de um currículo diversificado na prática pedagógica no ensino do componente curricular História, cujos conteúdos e metodologias reverberam o ensino da História Local, buscando valorizar as experiências dos sujeitos envolvidos, através de uma perspectiva de trabalho, com temáticas e procedimentos centrados na educação patrimonial, que, de acordo com os autores Horta, Grunberg e Monteiro (1999), é um trabalho educativo que desenvolve habilidades de observação e interpretação de objetos, ou outros elementos reais. Sendo, portanto, motivador para a aplicação de uma ação educativa que parte dos elementos do cotidiano do estudante, para atingir o todo numa perspectiva de contextualização de conhecimentos, constituindo-se em um desafio para a construção de novos saberes e valorização de si, enquanto sujeitos construtores da história e preservadores do patrimônio cultural.

Para tanto, ressaltamos a importância da (re)definição da gestão curricular no sentido de propiciar o ensino de História de forma diferente do tradicional, com

abordagens e metodologias adotadas no intento de desenvolver competências e habilidades dos estudantes para a compreensão dos acontecimentos que fazem parte das suas vidas, além de propiciá-los um novo olhar para esse componente curricular, que deixa de ser visto como algo distante de suas realidades. Tais atividades podem ser dialogadas com projetos referentes à Educação Patrimonial, fundamentados em temáticas relacionadas às vivências dos estudantes, dentre elas, o patrimônio cultural escolar, a partir do uso do próprio acervo documental da instituição. Tal atividade dá margem para que o estudante se aproprie cada vez mais da sua história, colocando as memórias enquanto fatores principais no processo de construção da identidade individual e coletiva.

Na condição de educadores, precisamos defender uma política de construção e adequação do currículo escolar que viabilize o desenvolvimento de metodologias de trabalho, com perspectivas para a formação de cidadãos críticos conhecedores da sua história, e sensíveis no tocante ao conhecimento e valorização do Patrimônio Cultural, com um olhar de salvaguarda. Por esse prisma de trabalho com a historicidade local, de valorização do lugar, da reflexão das práticas e vivências, faz-se necessária a formação docente, que por vezes alguns professores não possuem.

Referências

ANDRADE, Larizza Bergui de; LAMAS, Nadja de Carvalho. **Educação patrimonial no ensino formal: consciência e participação cidadã**. São Paulo: 2020. Link: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046219255> Acesso em 30/04/2021.

ARROYO, Michele Abreu. Educação Patrimonial ou a cidade como espaço educativo? In: Revista Outro Olhar – **revista de Debates**. Ano IV, n. 4, BH, out. 2005.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. Editora Cortez: São Paulo, 2009.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988), Artigo 210.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988), Artigo 216.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental 1º e 2º Ciclos – História**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017. Parâmetros Curriculares Nacionais, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base–Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/SEB, 2017.

CASTRO, Magali; BITTENCOURT, Daphne Lorene Alves; MALTÊZ, Camila Rodrigues; **Pedagogia em Ação Revistas PUC Minas**, v. 2 n. 2, 2010.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História**. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia de educação patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/viewFile/4840/5023> . Acesso em 17 de junho de 2021.

IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) **Patrimônio Cultural** SEPS 702/902, Bloco B, Centro Empresarial Brasília 50, Torre Iphan CEP 70390-135 – Brasília/DF. E-mail: sic@iphan.gov.br

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. **Educação patrimonial. Orientações para os professores do ensino fundamental e médio**. Caxias do Sul: Maneco Liv. & Ed., 2004.

ORÍÁ, Ricardo. Memória e ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. 11 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, v.5, n.10, Rio de Janeiro: CP/DOC FGV, 1992.

SANTOS, Joaquim Justino Moura dos. **'História do lugar: reflexões sobre um método de estudo da história social urbana e sua produção e ensino nas escolas de 1º, 2º e 3º graus'**. Tese de doutoramento, São Paulo, Usp/ FFLCH, 1991.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2010.